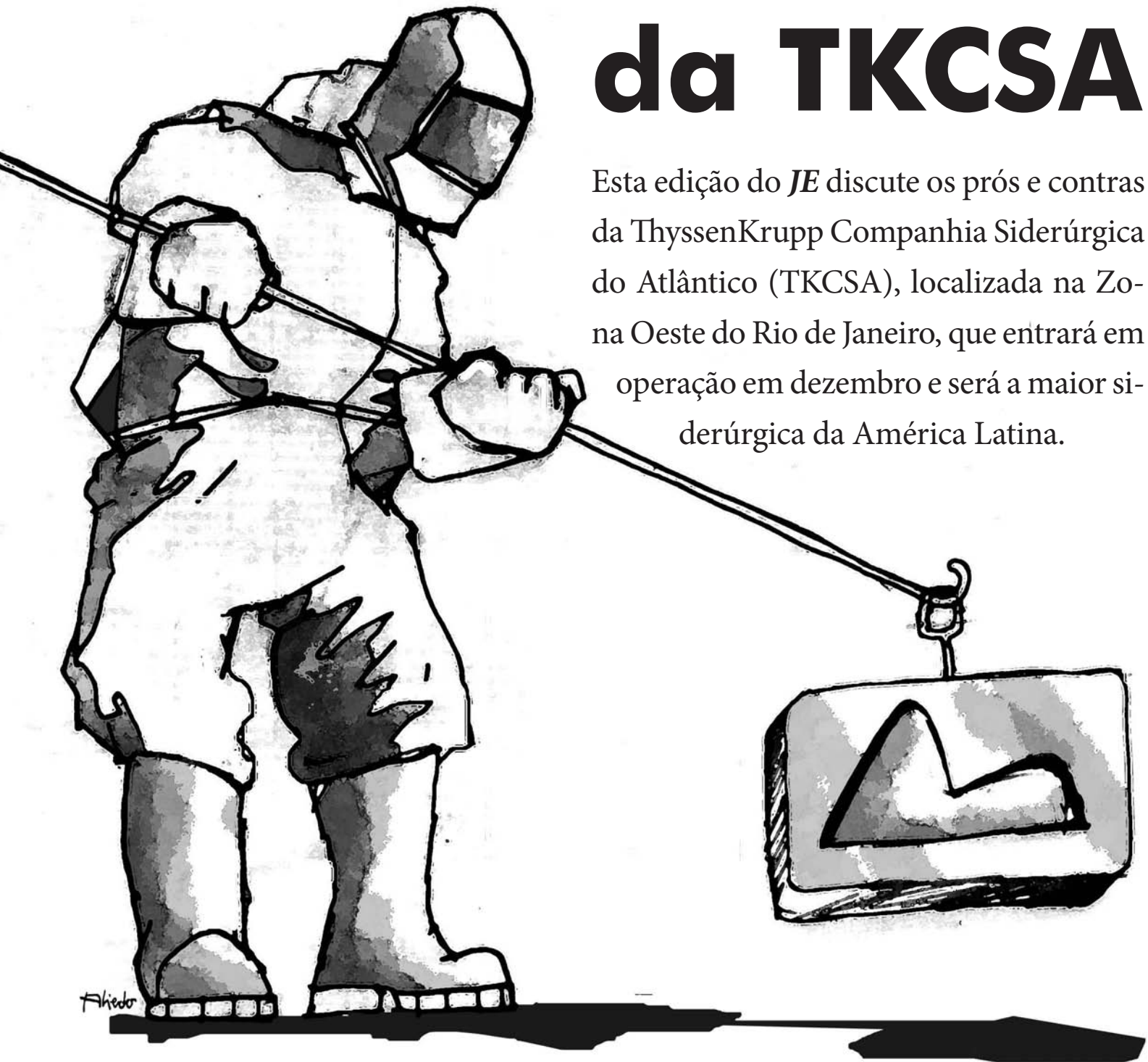


A polêmica da TKCSA

Esta edição do *JE* discute os prós e contras da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, que entrará em operação em dezembro e será a maior siderúrgica da América Latina.



Editorial

Arrogância e Omissão

■ Em nosso último número do Jornal dos Economistas, edição de maio, a economista Sandra Quintela nos contemplou com um artigo extremamente crítico ao projeto de implantação do conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA, em Santa Cruz, na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Além de uma forte crítica conceitual à natureza do projeto, Sandra Quintela denunciou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela joint venture formada pela empresa alemã ThyssenKrupp Steel e a brasileira Vale, onde se misturariam desrespeito à legislação trabalhista, concessões de isenções fiscais prejudiciais ao interesse público, graves agressões ao meio-ambiente e desconsideração a preceitos elementares da legislação ambiental.

Em decorrência da contundência do artigo, o Conselho Editorial do *JE* decidiu aprofundar o assunto, procurando ouvir diretamente a própria empresa, assim como um outro ponto de vista crítico ao projeto. Desse modo, procuramos inicialmente a direção da CSA, bem como um dirigente da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, uma das instituições que vêm apontando os equívocos e irregularidades supostamente existentes no projeto em questão.

Nosso objetivo foi o de, através de entrevistas específicas, apresentar ao leitor do *JE* um painel com o maior número de questões polêmicas sendo respondidas pelos próprios protagonistas envolvidos nesta discussão.

Qual a nossa surpresa, quando nos deparamos com uma reação extremamente agressiva e deslegante da direção da CSA, que simplesmente se recusou a responder as perguntas por nós formuladas, sob o pretexto de um suposto tom acusatório nas questões encaminhadas à empresa.

Não vamos nos alongar. A partir da página cinco desta edição do *JE*, você mesmo, leitor, poderá conhecer as perguntas que formulamos à CSA, a carta-resposta da empresa, a resposta elaborada pelo nosso presidente em exercício, Sidney Pascotto, assim como as perguntas que foram dirigidas, e respondidas, a Gabriel Strautman, da Rede Brasil.

Além disso, em um esforço de última hora, conseguimos uma entrevista com Júlio Bueno, secretário de desenvolvimento econômico do governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como uma breve opinião do professor David Kupfer, do Instituto de Economia da UFRJ.

Em suma, apesar da arrogância e omissão da direção da CSA, procuramos oferecer ao leitor do *JE* uma visão abrangente e diversificada do conjunto de problemas e vantagens que estariam em jogo, nesta discussão em torno da implantação do polêmico projeto.

O que lamentamos é a postura de uma empresa – predominantemente estrangeira – em se comportar como se estivessemos em uma colônia, e onde questionamentos sérios e incisivos passam a ser considerados ofensivos e inadequados.

Fora na Alemanha, possivelmente a postura da empresa TKCSA seria outra. ☺

SUMÁRIO

- 3 Altamiro Borges
O padrão-dólar agoniza no mundo?
- 5 TKCSA se recusa a responder perguntas do JE
- 6 Entrevista - Gabriel Strautman
"A implantação da TKCSA na Baía de Sepetiba é o verdadeiro símbolo da tragédia do Rio de Janeiro"
- 9 Entrevista - Júlio Bueno
"Com a instalação da TKCSA, abre-se caminho para instalação de um pólo metal-mecânico naquela área"
- 10 Entrevista - David Kupfer
"Fabricantes brasileiros de aço fizeram a opção de buscar a inserção externa nas faixas mais básicas do mix de produtos da atividade siderúrgica"
- 11 Paulo Pinheiro
OSs: Quando o retrocesso ganha mais um aliado
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Meio Ambiente? Queremos o ambiente sadio por inteiro!
- 16 Corecon envia ofício a prefeituras
Cadastro de novos professores
Serviço de notícias econômicas

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21) 2262-2535
Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O padrão-dólar agoniza no mundo?

frida região, sempre tratada como “quintal dos EUA”, e poderá representar o fim do “império do dólar” no continente.

Ainda conforme a reportagem, o mecanismo de substituição do dólar não está pronto e passa por discussões na equipe econômica, “onde, jura-se no Palácio do Planalto, já existe concordância do reticente Banco Central”. Henrique Meirelles, ex-dirigente do Bank of Boston, é um estorvo até neste tema. Segundo estudos prévios, os países sul-americanos seriam autorizados a sacar, junto ao BC, uma quantia de reais que seria usada no comércio com o Brasil ou mesmo para repassar a outros países da região. “Falta ainda, segundo graduado assessor de Lula, definir o total que será posto à disposição dos vizinhos. Lula quer que seja uma quantia significativa”, afirma o jornal.

O debate sobre o fim do padrão-dólar na região não parte apenas do governo brasileiro e nem é simples retórica. Hugo Chávez foi o primeiro a defender esta medida de defesa da soberania e de integração latino-americana, quando propôs a criação do “sucre” como moeda única regional. Na sequência, em abril passado, Brasil e Argentina firmaram um acordo de substituição do dólar nas transações comerciais entre os dois países. A nova proposta do presidente Lula já tem o apoio de Cristina Kir-

chner e Hugo Chávez. Os demais países da região, inclusive os alinhados aos EUA, também deverão aderir à iniciativa, como forma, até pragmática, de superar sua vulnerabilidade.

“Um tabu mental desmorona”

Esta notícia bombástica, inimaginável há algum tempo atrás, parece confirmar uma tendência em curso em vários continentes e não só na nossa região. A mídia européia tratou a recente visita de Lula à China como mais um petardo no fim agonizante do padrão-dólar, com o início das trocas comerciais em iuan e real. “É como se um tabu mental desmoronasse, como se o inconcebível se tornasse, de repente, possível”, alertou o jornal francês Le Monde. “A idéia de um mundo liberto do domínio do bilhete verde avança. Moscou e Nova Déli poderão se juntar ao movimento e permitir às divisas do Bric formarem um bloco dos ‘4 R’ (real, rublo, rupia, renminbi). O fim do reinado do dólar será, talvez, lento. Mas não menos inevitável”, concluiu o renomado periódico.

No mesmo rumo, o presidente do Banco do Povo da China, Zhou Xiaochuan, defende substituir o dólar pelos Direitos Especiais de Saque (DES) do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma vez que a moeda de reserva dominante traria maior estabilida-

■ Altamiro Borges*

Segundo reportagem do jornal Valor, “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já marcou data para anunciar seus planos ambiciosos para o uso do real nas transações da América do Sul... Na próxima reunião da Unasul, que agrega os países da região, ainda neste semestre, Lula quer apresentar aos parceiros proposta que pode ampliar o uso do real nas relações entre os vizinhos”. Caso a notícia se confirme, será um fato inédito na história desta so-

de à economia global. Sua idéia de reformar o sistema através de uma moeda de reserva supranacional já teria o apoio da Rússia e de outros países. A mesma tese também é defendida por Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia, que propõe uma nova moeda de reserva, possivelmente baseada no DES, criado há 40 anos para suplementar o que na época foi considerado um nível inadequado de reservas globais.

“Quais as probabilidades de se adotar um plano deste tipo hoje? Os EUA estariam preparados para aderir a uma reforma do sistema monetário internacional que reduzisse o papel do dólar? Até recentemente, eu teria considerado isto improvável. A mudança da situação internacional e a possibilidade de um surto de grave fragilidade do dólar, porém, poderiam convencer os EUA a aderir a um plano de conversão que aliviasse a pressão excessiva exercida sobre o dólar. Além disso, excetuando-se possíveis considerações políticas, detentores de dólares de grande porte considerariam uma conta substituta atraente, como forma de proteção contra intensas oscilações no valor do dólar”, argumenta Onno Wijnholds, ex-diretor executivo do FMI.

O declínio relativo do império

A possibilidade real, mas não irreversível, do fim do padrão-dólar tem forte motivação política e econômica. Ela reflete o declínio relativo da hegemonia mundial dos EUA, que se acelerou com a desastrosa administração do presidente-terrorista George W. Bush. No caso da América Latina, ela expressa profundas mudanças po-

líticas na correlação de forças, com as vitórias eleitorais de forças progressistas não alinhadas automaticamente com o império. O fim do padrão-dólar seria impensável há alguns anos atrás, quando os EUA exerciam poder unipolar sobre o planeta. Como fera acuada, o “império do mal” pode até realizar novas provocações para manter sua hegemonia. Irã e Coréia do Norte podem ser os seus novos álibis, rasgando a “face humana” de Barack Obama.

Além do fator político, o derretimento do padrão-dólar coincide com o agravamento da recessão nos EUA, que detonou uma das mais graves crises da história do capitalismo mundial. A recente falência da GM, que a mídia brasileira insiste em abrandar com o uso do termo concordata, pode indicar o fim de um ciclo. Não foi apenas um símbolo do império ianque que sucumbiu; todo um edifício que está rachado. Como afirma o jornalista Bernardo Joffily, editor do Portal Vermelho, “quando os grandes quebram, é sinal de que a crise é grave, já que em crise ‘normais’ eles até se fortalecem, engolindo os concorrentes mais fracos. Isto significa também que um número muito maior de falências está ocorrendo na base da pirâmide empresarial, fora dos holofotes da mídia”.

No mês de maio, o total de falências nos EUA foi de 7.514, uma média de 242 por dia. O número foi 40% maior que o de maio de 2008. A falência da GM, maior produtora de veículos do planeta entre 1927 e 2007 e responsável por metade da frota de carros dos EUA, foi somente o caso mais emblemático. Antes da sua estatização – outro termo que a mídia procura omitir –, oito grandes bancos e várias indústrias já tinham quebrado. Além do baque empresarial, o governo dos EUA patina nos “déficits gêmeos” (importam mais do que exportam e gastam mais do que arrecadam) e as famílias estão endividadadas. No ano passado, 1,1 milhão de famílias pediram “falência” – um recurso legal existente no país. Neste ano, calcula-se que serão 1,6 milhão de famílias.

Os riscos do império do dólar

“É todo um sistema que faz água, e as aflições dos oligopólios bilionários dão apenas uma pálida idéia do que acontece embaixo deles”, arremata Bernardo Joffily. Num cenário em que ninguém tem certeza sobre a dimensão e a duração da crise econômica e no qual a hegemonia política dos EUA atravessa um visível declínio, o padrão-dólar sofre questionamentos



no mundo inteiro. A manutenção desta moeda como referência nas transações comerciais e financeiras é hoje mais motivo de instabilidade do que de segurança. Por estas e outras razões, o império do dólar corre sério risco, o que é motivo de expectativa para as nações “rivais” e de esperança para os povos.

Neste quadro de incertezas, a recente proposta do presidente Lula seduz até o jornal de negócios Valor, porta-voz do capital: “Se quiser reduzir as fontes de pressão sobre as políticas comerciais dos parceiros sul-americanos e minimizar seus efeitos sobre as vendas de produtos brasileiros na região, o governo tem de buscar mecanismos criativos e menos dependentes do fluxo de dólares para esses países. Lula mandou seus técnicos encontrarem esses mecanismos e conta tê-los em mãos até junho”. Se a medida realmente vingar, derrotando as “reticências” do BC e de outros neoliberais de plantão, a história das “veias abertas” da América Latina poderá ser reescrita no futuro. A soberania das nações e a integração latino-americana sairão fortalecidas. ☞

*Altamiro Borges é jornalista, diretor-presidente da Associação Vermelho e autor do livro “A ditadura da mídia”.



TKCSA se recusa a responder perguntas do JE

■ A ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) optou por não responder as perguntas enviadas pelo JE por e-mail, conforme o acordado com a assessoria de imprensa da empresa. O compromisso do JE era o de publicar as respostas da TKCSA e da Rede Brasil sem qualquer tipo de edição e em espaços iguais (três páginas para cada). Como reza o bom jornalismo, o JE enviou perguntas instigantes às duas partes: no caso da TKCSA, o objetivo era dar à empresa a oportunidade de apresentar a sua versão para as graves acusações contra o projeto; no caso da Rede Brasil, as perguntas questionavam a insensibilidade dos críticos à importância econômica do projeto e visavam esclarecer inconsistências nas denúncias.

Nesta página, apresentamos todos os elementos do desenrolar da feitura desta edição para que o leitor do JE tire as suas conclusões: as perguntas enviadas à CSA; as perguntas enviadas à Rede Brasil; a carta da

TKCSA ao Corecon-RJ; e a carta do Conselho respondendo à empresa.

Perguntas do JE à TKCSA

- Por que a ThyssenKrupp resolveu construir projeto de tal magnitude no Brasil e por que a escolha desta localidade em Santa Cruz?
- Por favor, descreva os impactos positivos da CSA para a economia e população da cidade e estado do Rio.
- Uma das principais críticas à CSA está relacionada ao impacto ambiental do projeto: desmatamento de manguezais em Áreas de Preservação Permanente (Apa); poluição atmosférica; contaminação das águas da Baía de Sepetiba e do Canal de São Francisco (a drenagem estaria revolvendo e retornando para a água metais pesados antes assentados); utilização de lama contaminada no canteiro de obras da CSA. Por favor, esclareça estes pontos.
- Críticos afirmam que a CSA, por estar em área costeira e dentro de uma Apa, necessitaria de licença ambiental

do Ibama (do governo federal). Sabe-se que a empresa tem tão somente licenças da Feema (do governo do estado). Esta crítica procede?

- Sob o ponto de vista econômico, critica-se o modelo da CSA de exportação de placas de aço, produto semi-acabado de baixo valor agregado. Segundo estas críticas, a CSA reafirma o papel do Brasil de exportador de commodities metálicas, cabendo aos países desenvolvidos a produção de aços especiais com maior valor agregado. Você concorda com esta análise?
- O impacto da CSA na arrecadação tributária é limitado, devido às isenções de ISS e ICMS. O número de empregos diretos depois da entrada em operação da usina, 3.500, é significativo mas não tão grande assim. E há o forte impacto ambiental. O que a sociedade ganha com a implantação da CSA?
- Por favor, esclareça informações veiculadas pela imprensa de que a CSA emprega mão-de-obra estrangeira desqualificada na construção do complexo. É verdade? Por que não empregar mão-de-obra local?

Perguntas do JE à Rede Brasil

- O Rio de Janeiro passa por um agudo processo de esvaziamento econômico nas últimas décadas, com dramáticas consequências sociais. Considerando esta realidade, como é possível criticar a construção em nosso município da maior usina siderúrgica da América Latina?
- Em meio à atual crise econômica global e à degradação da região metropolitana do Rio, não deveríamos estar comemorando o fato da CSA ter gerado 18.000 empregos diretos durante sua implantação e 3.500 empregos para a operação do complexo siderúrgico? Estes números estão corretos?
- Qual o verdadeiro impacto ambiental da CSA? É correto afirmar que a qualidade do ar na cidade do Rio de Janeiro será afetada pela operação da usina?
- A licença da Feema para o complexo não seria um indicativo de que a CSA atende a legislação ambiental?
- É verdade que as milícias atuam no sentido de reprimir as ações de pescadores, trabalhadores e da população local que se opõe ao complexo?

Carta da TKCSA ao Corecon-RJ

Rio de Janeiro, 27 de Maio de 2009.

Att: Ilmo. Sr. Sidney Pascoutto da Rocha, Presidente em exercício, Conselho Regional de Economia – 1ª Região (Rio de Janeiro)

Prezado Senhor,

Foi com surpresa que tomamos conhecimento da intenção do jornal elaborado por este distinto Conselho de publicar, numa próxima edição, matéria que aborda de forma visivelmente tendenciosa o projeto de implantação, no Estado do Rio de Janeiro, do complexo siderúrgico da TKCSA.

O tom acusatório de que estão revestidas as perguntas que nos foram encaminhadas, os velhos conceitos exagerados, os quais pressupõem uma abordagem político-ideológica do tema, e o rejuvenescimento artificial de fatos e questões levantadas no passado por notórios opositores do projeto, nos fazem antever o tipo de matéria que está sendo preparada. Na verdade, o que se preten-

de com tal abordagem é colocar no mesmo status de igualdade a palavra da TKCSA e a de seus detratores, que repisam antigas e renovadas acusações sem prova contra o empreendimento, conferindo ao trabalho uma aparente e formal isenção.

O propósito desta carta é tão somente alertar esse Conselho para o fato incomum que posicionará o órgão de classe dos economistas do Rio de Janeiro, a partir de notórias inverdades, contra o maior investimento privado já realizado no Brasil nos últimos 12 anos.

Para que fique claro que nossa repulsa se dirige aos detratores, em vez de serem acolhidos pela publicação, e não ao CORECON, deixo desde logo formulado o convite para que V.S.a e os membros da direção dessa entidade nos façam uma visita para que possam conhecer de perto o empreendimento, ocasião em que serão prestados esclarecimentos em foro que consideramos o único adequado.

Cordialmente,

Rodrigo Tostes
Vice Presidente TKCSA

Mônica Freitas
Gerente Geral de Relações Externas

Resposta do Corecon-RJ à TKCSA

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2009.

À ThyssenKrupp
CSA Siderúrgica do Atlântico

Att.: Sr. Rodrigo Tostes, Vice-Presidente TKCSA e Srª Mônica Freitas, Gerente Geral de Relações Externas

Ref.: Sua carta de 27 de maio último

Prezados Senhor e Senhora,

Ao longo das últimas décadas o Jornal dos Economistas tem propiciado acesso a informações e análises sobre temas de interesse dos economistas do Estado do Rio de Janeiro. Desde sua criação tem se pautado pela ética e transparência no trato de toda e qualquer questão, inclusive, daquelas que são mais polêmicas. Como decorrência dessa linha edi-

torial, o exercício do contraditório é exigência da qual não abrem mão o Conselho Editorial do periódico e os dirigentes da Autarquia, sejam quais forem os atores envolvidos.

As perguntas formuladas, que servem de fio condutor às entrevistas e reportagens veiculadas, guardam, sempre e tão somente, relação direta com a natureza dos assuntos abordados e não traduzem posições oficiais do CORECON-RJ. Vale destacar que estas posições são assumidas e divulgadas, em espaços próprios, de forma a não permitir interpretações equivocadas.

Cabe, então, ao CORECON-RJ registrar a decepção de não poder contar com a colaboração de representantes da TKCSA no sentido de responder às perguntas encaminhadas e a compreensão de que, estes representantes rejeitam a oportunidade de se posicionar sobre aspectos polêmicos vinculados ao empreendimento em Santa Cruz.

Atenciosamente,

Sidney Pascoutto da Rocha
Presidente em Exercício

"A implantação da TKCSA na Baía de Sepetiba é o verdadeiro símbolo da tragédia do Rio de Janeiro"

O economista Gabriel Strautman, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, detalha nesta entrevista a crítica ao complexo siderúrgico TKCSA.

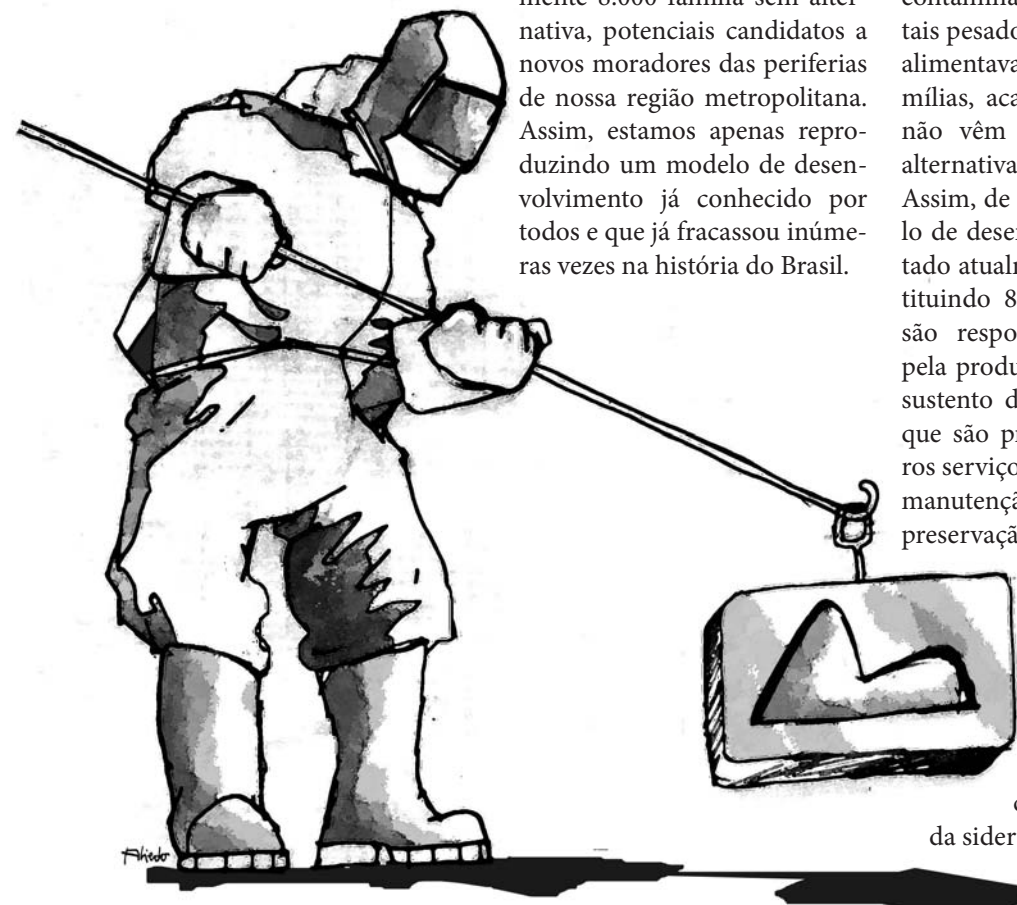
P: O Rio de Janeiro passa por um agudo processo de esvaziamento econômico nas últimas décadas, com dramáticas conseqüências sociais. Considerando esta realidade, como é possível criticar a construção em nosso município da maior usina siderúrgica da América Latina?

R: O caso da implantação da TKCSA na Baía de Sepetiba é o verdadeiro símbolo da tragédia do Rio de Janeiro: em nome de uma falsa promessa de desenvolvimento, a natureza exuberante que caracteriza a região será destruída e as comunidades tradicionais locais desaparecerão, tornando a maioria de seus integrantes, aproximadamente 8.000 famílias sem alternativa, potenciais candidatos a novos moradores das periferias de nossa região metropolitana. Assim, estamos apenas reproduzindo um modelo de desenvolvimento já conhecido por todos e que já fracassou inúmeras vezes na história do Brasil.

As obras, as dragagens e a contaminação das águas por metais pesados como Cádmiio, Zinco e Arsênio quase eliminaram a pesca da região, levando à miséria cerca de oito mil famílias de pescadores. A quantidade de peixes e a diversidade de espécies vêm diminuindo com o avançar das obras e os pescadores da região confirmam que muitos peixes já vêm apresentando deformações e feridas, resultado da contaminação. Alguns biólogos que trabalham pesquisando peixes na região também confirmaram a existência de peixes com deformações, cegos ou com tumores que poderiam ser reflexo da forte contaminação da água por metais pesados. A pesca, que antes alimentava mais de oito mil famílias, acabou e estas famílias não vêm conseguindo outras alternativas de fonte de renda. Assim, de acordo com o modelo de desenvolvimento implantado atualmente, estamos substituindo 8.075 pescadores que são responsáveis não apenas pela produção de peixes e pelo sustento de suas famílias, mas que são produtores de inúmeros serviços ambientais, como a manutenção do ecossistema e a preservação ambiental, por cerca de 1.500 empregos (segundo dados da empresa) que requerem mão-de-obra minimamente especializada e, portanto, não encontrada no entorno da siderúrgica.

Esses projetos não levam em conta a potencialidade da localidade ou a sua população, muito menos sua riqueza natural como orientadores do modelo de desenvolvimento. As perspectivas de que esses projetos contribuam com a instauração de um processo de desenvolvimento na região também são muito pequenas, sendo mais claras as previsões de configuração de uma dinâmica econômica concentradora e incapaz de gerar encadeamentos e a desconcentração da renda na região. Muito pelo contrário, o modelo de desenvolvimento empregado tem uma lógica bem diferente: o Estado entra sinalizando o capital privado, construindo e/ou oferecendo a infra-estrutura básica (rodovias, energia barata, doação do terreno para instalação do empreendimento), isenções fiscais (ISS por cinco anos e de ICMS) e financiamento direto por meio do BNDES (R\$ 1,48 bilhões). À iniciativa privada, cabe levar a cabo a construção do empreendimento.

É importante enfatizar que a natureza do projeto, construção de um pólo siderúrgico e portuário voltado inteiramente para exportação, tem como características a baixa internalização de suas atividades na região e, portanto a baixa capacidade de encadeamentos que pudessem gerar uma dinâmica econômica na região de geração de pequenos negócios ou outras atividades econômicas que fossem capazes de absorver a pessoas que perderão seu trabalho e o seu



meio de vida em decorrência do fim da pesca artesanal. Normalmente os empregos gerados nos terminais portuários e no complexo siderúrgico, além de serem bem inferiores ao número de perda de postos de trabalho com a instalação do negócio (8.075 pessoas no mínimo) caracterizam-se por serem demandantes de uma mão-de-obra mais capacitada e qualificada, o que não corresponde às pessoas empregadas na pesca artesanal.

Por outro lado, pelo seu caráter exportador, esses empreendimentos não serão responsáveis pela instalação ou criação de outras atividades econômicas e produtivas capazes de gerar mais postos de trabalho. Essas regiões funcionam mais como apêndices, caminhos voltados para o escoamento da produção. A população local perde sua vida e seu emprego, e não tem a sua disposição nenhuma outra alternativa de vida.

As perspectivas futuras para essas famílias são ainda piores. A região em que a empresa está se instalando é uma região turística, formada por 365 ilhas, com um litoral lindíssimo e áreas de floresta de Mata Atlântica. Muitas famílias atualmente sobrevivem do turismo, por meio do aluguel de barcos para passeio e a criação de pequenas pousadas e restaurantes. A instalação do pólo siderúrgico, que além da TKCSA pretende construir ainda mais duas usinas siderúrgicas de grande porte, e do pólo portuário, que será composto por oito portos privados para exportação de minério, acabará com todo esse potencial turístico e levará também estas famílias à miséria.

P: Em meio à atual crise econômica global e à degradação da

região metropolitana do Rio, não deveríamos estar comemorando o fato da CSA ter gerado 18.000 empregos diretos durante sua implantação e 3.500 empregos para a operação do complexo siderúrgico? Estes números estão corretos?

R: A empresa nunca revela o número exato dos empregos que vem gerando, esse é um primeiro dado importante. Mesmo em documentos oficiais da empresa, encontramos dados desconhecidos. Por outro lado, é importante chamarmos atenção também para outro dado que jamais é revelado ao se falar da TKCSA: a quantidade de postos de trabalho que serão destruídos com a instalação da empresa e que seriam, só na pesca artesanal, 8.075.

Segundo as peças publicitárias da TKCSA “o empreendimento vai gerar até 18 mil empregos diretos durante sua implantação, e 3.500 empregos para a operação do complexo siderúrgico”. Contudo, o que vem acontecendo é que, com as obras da empresa, cerca de 8.070 pescadores na região estão impedidos de trabalhar. A pesca, principal atividade desenvolvida e responsável pela subsistência de todas estas famílias, correspondendo a mais ou menos 43 mil pessoas, vem sendo diretamente afetada.

No lugar da geração de empregos para a população local, com o objetivo de reduzir seus custos com a mão-de-obra, a empresa vem contratando imigrantes e migrantes (chineses e nordestinos) para a realização de atividades que não requerem nenhuma especialização – são 534 chineses segundo a empresa. Digo isso porque a falta de mão-de-obra especializada no Brasil poderia ser um argumento em favor do recrutamento de



mão-de-obra estrangeira. Esses trabalhadores, além de mais baratos para a empresa, como imigrantes, não possuem laços sociais consolidados na região, o que reduz a probabilidade de se mobilizarem ou protestarem quanto às péssimas condições de trabalho que vêm enfrentando. Em junho de 2008 a TKCSA foi interditada pela Procuradoria do Ministério Público do Trabalho por estar violando cláusulas trabalhistas e de segurança do trabalho, colocando os operários em situação de risco. Há denúncias de diversos acidentes com mortes. Recentemente, a fiscalização do Ministério Público do Trabalho encontrou nas instalações da TKCSA 120 chineses, sem registro e sem contrato de trabalho, trabalhando como pedreiros e em péssimas condições de moradia e trabalho.

É inadmissível o que vem acontecendo na região. Uma região cheia de potencialidades e que poderia ser efetivamente desenvolvida a partir de atividades com menores impactos ambientais e que promovessem a inclusão social e a melhoria de vida das populações locais. Como exemplo, a FAPESCA (Federação das Associações de Pescadores do Estado do Rio de

Janeiro) tem um projeto de maricultura elaborado especificamente para a região que poderia, só ele, gerar mais de 20.000 postos de trabalho. O eco-turismo poderia ser outra alternativa. Nada disso, entretanto, foi levado em conta pelas autoridades do Rio de Janeiro.

P: Qual o verdadeiro impacto ambiental da CSA? É correto afirmar que a qualidade do ar na cidade do Rio de Janeiro será afetada pela operação da usina?

R: Os impactos ambientais que se dão no nível local são enormes. O canteiro de obras da TKCSA de 9 quilômetros quadrados situa-se numa área costeira e de manguezal, considerada Área de Preservação Permanente (APP) sujeita a proteção segundo o Código Florestal Brasileiro. Situa-se também em área costeira que deveria ser licenciada pelo IBAMA. As obras, entretanto, só possuem a licença emitida pela FEEMA, órgão ambiental estadual.

O desmatamento e a poluição é outro ponto importante de todo esse processo. Na área em que TKCSA vem sendo construída, e que já foi desmatada, por exemplo, havia significativas áreas de matas em regeneração, de matas ciliares, importantes na proteção dos rios, e de manguezais. Também existiam áreas de pastagem e de produção agrícola, com a produção de côco, mandioca, banana, manga, maracujá, mamão, cana-de-açúcar, tomate, vagem, quiabo, chuchu, pepino, alface, cebolinha, couve e batata, boa parte delas sob posse de um acampamento do MST de 75 famílias que foi retirado da área no momento em que a empresa se instalou em situação de pressão e de criminalização das famílias

que ali moravam. O Ministério Público, durante investigação, confirma a destruição pela empresa de pelo menos sete hectares de manguezal sem autorização, mais do que o triplo do que fora licenciado.

As dragagens realizadas pela empresa mexeram com o fundo do mar na Baía e com isso, todos os metais pesados que eram resultado da Ingá e que estavam sedimentados, retornaram para as águas, contaminando os peixes, os mariscos e os camarões que vivem na Baía. Esses metais pesados, altamente cancerígenos, contaminam também as pessoas que se alimentam dos peixes que são pescados na Baía de Sepetiba.

E quanto aos impactos mais amplos, que poderiam afetar a cidade do Rio de Janeiro, é verdade que o funcionamento de um pólo siderúrgico a menos de 100 km do centro traz sérios riscos. Um indício desses riscos pode ser encontrado se olharmos para trás e analisarmos a história: a maior parte dos países desenvolvidos que era grandes produtores de siderurgia, como a Alemanha, em virtude dos inúmeros problemas de saúde pública causados por essa atividade, retiraram essas plantas industriais da proximidade dos grandes centros e, em última instância, de seus países, “esportando” essas atividades e sua poluição para países em desenvolvimento como Brasil, China e Índia. A TKCSA se insere neste contexto.

P: A licença da Feema para o complexo não seria um indicativo de que a CSA atende a legislação ambiental?

R: O desrespeito à legislação ambiental vigente se materializa no descumprimento por parte da TKCSA e do governo do estado

(FEEMA, CECA e Sec. Estadual do Meio Ambiente) da Lei Federal no 7661/88 e do Decreto de regulamentação no 5.300/2004 (Gerenciamento Costeiro) que determinam a obrigatoriedade do licenciamento de empreendimentos na zona costeira exclusivamente pelo órgão ambiental competente, no caso, o órgão Federal, o Ibama. O Ministério Público atualmente investiga essa irregularidade.

O Ibama jamais deu e licença e, mesmo na FEEMA, órgão licenciador oficial, a TKCSA não é objeto de consensos, tanto que segundo declaração do ex-presidente da FEEMA, um dos motivos para o seu pedido de demissão do cargo teria sido o fato de não concordar com essa obra.

P: É verdade que as milícias atuam no sentido de reprimir as ações de pescadores, trabalhadores e da população local que se opõe ao complexo?

R: Além dos trabalhadores enfrentarem péssimas condições de vida e de trabalho, também sofrem constantes ameaças da milícia que atua na Zona Oeste. Essas milícias ameaçam tam-

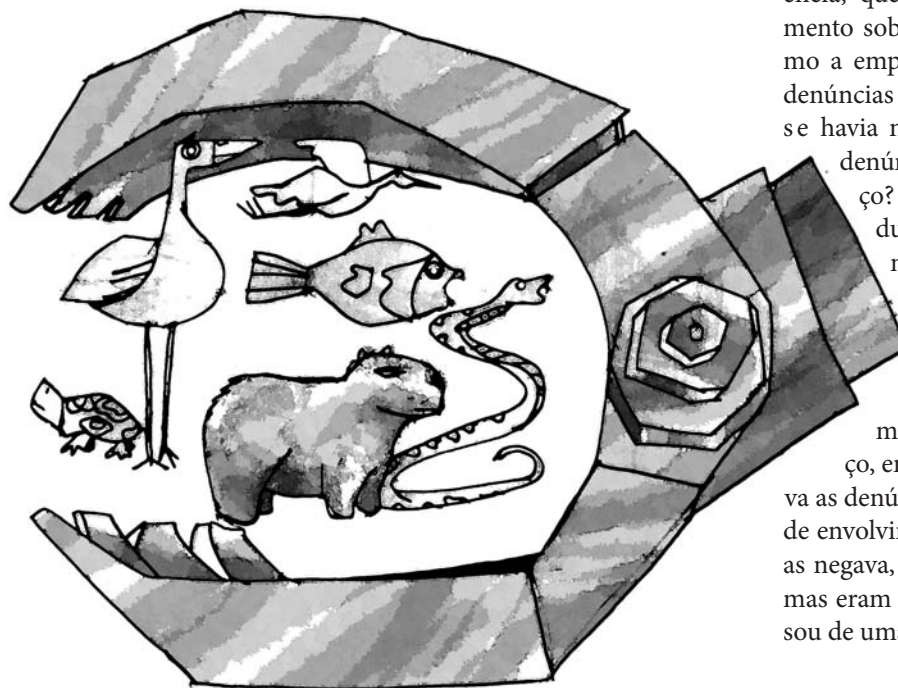
bém os pescadores e moradores que resistem ao empreendimento. Ficou claro na audiência pública realizada na ALERJ no dia 19 de março, a partir da demonstração de fotos e vídeos, que a empresa mantinha como seus seguranças particulares grupos milicianos da Zona Oeste. Esses milicianos ameaçam os pescadores que se opõem ao empreendimento, de forma que um pescador após receber uma ameaça de morte, foi obrigado a se refugiar para não perder a sua vida e atualmente se encontra sob proteção do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Em nossa opinião, a nota paga que a empresa veiculou no dia 3 de março em todos os jornais brasileiros acabou funcionando como um “tiro no pé”. Ou seja, quando analisamos a nota e o ocorrido na audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, percebemos que a empresa acabou se colocando numa posição extremamente vulnerável.

Durante a audiência de 19 de março, realizada depois da no-

ta paga, um pescador mostrou uma série de fotos feitas durante um protesto realizado pelos pescadores em abril de 2008 em um dos portões da empresa em que apareceriam os funcionários da empresa que atuariam na área de segurança e que seriam acusados de serem milicianos. O pescador que atualmente se encontra refugiado por conta de ameaças de morte, reconheceu um dos funcionários como sendo o autor das denúncias que vinha sofrendo e que o fizeram sair da Baía de Sepetiba. Valdir Monteiro, Gerente Geral de Recursos Humanos da TKCSA, se limitou a identificar, nas fotos mostradas pelos pescadores, os acusados de serem milicianos e de ameaçarem os pescadores como funcionários de segurança da TKCSA. Eles fariam parte do corpo de funcionários da empresa.

Adicionalmente, e o que em nossa opinião reforça o pouco embasamento e a baixa veracidade do discurso da empresa, Pedro Teixeira, Representante Legal da TKCSA, se limitou a dizer, num discurso distante dos fatos mostrados durante a audiência, que não tinha conhecimento sobre as denúncias. Como a empresa não saberia das denúncias no dia 19 de março, se havia negado essas mesmas denúncias no dia 3 de março? A nota oficial produzida pelo Departamento de Relações Externas da empresa e publicada em todos os jornais nacionais da grande mídia no dia 3 de março, em que a empresa citava as denúncias que a acusavam de envolvimento com milícias e as negava, dizendo que as mesmas eram infundadas, não passou de uma grande mentira. ☞



"Com a instalação da TKCSA, abre-se caminho para instalação de um pólo metal-mecânico naquela área"

Júlio Bueno, secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro, aponta os benefícios da TKCSA para economia e sociedade do estado.

P: Por favor, descreva os impactos positivos da TKCSA para a economia e população da cidade e estado do Rio.

R: A ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica é hoje o maior empreendimento privado em instalação no Brasil. São cerca de R\$ 11,4 bilhões de reais, dos quais R\$ 7 bilhões aplicados diretamente no Brasil. Recentemente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou as obras para entregar o crachá de número 30 mil a um dos operários da empresa, o que mostra o importante papel de geradora de emprego e renda no estado.

Certamente, a geração de postos de trabalho é um dos pontos mais importantes dessa companhia, que empregará cerca de 3,5 mil pessoas diretamente quando estiver em operação. Porém, seu efeito gerador de atividades econômicas e, conseqüentemente, de empregos indiretos é muito maior.

P: Sabemos que a TKCSA é o primeiro passo de um projeto ainda maior, que envolve a instalação de outras plantas e portos em Santa Cruz e região. Por favor, enumere os pontos principais deste projeto e sua importância para o Rio.

R: Podemos citar três pontos principais, que são fundamentais para o desenvolvimento econômico do estado e, principalmente, para essa região.

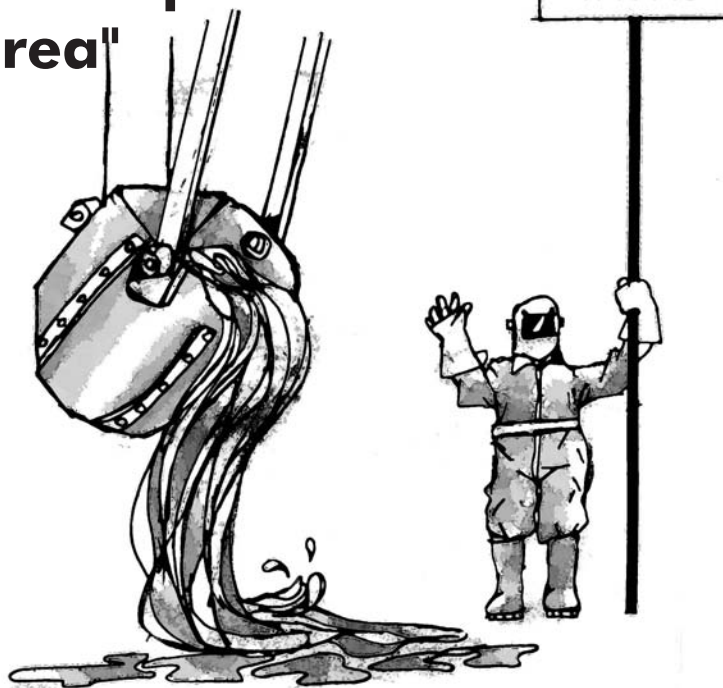
Com a instalação da TKCSA,

abre-se caminho para instalação de um pólo metal-mecânico naquela área. A empresa tem grande capacidade para atrair fornecedores desse segmento, que se beneficiarão também da ampla infraestrutura local, principalmente com a construção do Arco Metropolitano.

Outro ponto é a expansão da atividade siderúrgica, com a duplicação futura da CSA, ampliação da Cosigua e, provavelmente, um projeto da CSN. Com isso, o Rio de Janeiro abre espaço para ser um grande pólo siderúrgico, o maior do país. Ainda temos investimentos da Votorantim e outros que foram postergados momentaneamente por conta da crise internacional, que reduziu a demanda mundial por aço.

Também estamos trabalhando para implantar terminais portuários para escoamento de minério, carvão e contêineres. O Governo do Estado conclui estudo para implantação de novos projetos na região da Baía de Sepetiba. Foram aprovados seis empreendimentos privados e um público para terminais de exportação de minério de ferro e dois estaleiros, que também receberam sinal verde. Com isso, o Rio de Janeiro abriu espaço para escoamento de cerca de 250 milhões de toneladas de minério/ano, o que praticamente dobra a capacidade atual do país, e para a consolidação da indústria naval fluminense.

A análise foi feita por um grupo de trabalho coordena-



do pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços e formado ainda pelas secretarias de Ambiente e de Transportes, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Companhia Docas do Rio de Janeiro. A equipe conclui que seis terminais (Petrobras, Usiminas, CSN, LIX, Gerdaul e Docas), em Itaguaí, são de interesse do estado.

O grupo de trabalho levou em conta questões ambientais, sociais e econômicas de cada um dos projetos. A partir daí, foi estruturada uma matriz ponderada para a pontuação dos empreendimentos.

A partir de agora, as empresas que tiveram seus projetos aprovados vão seguir seus cronogramas e terão de cumprir os trâmites normais para implantação do empreendimento, o que inclui licenciamento ambiental.

Os estaleiros aprovados – um da Marinha do Brasil e outro a

ser licitado por Docas, ambos em Itaguaí – consolidam a posição do Rio de Janeiro na liderança da indústria naval brasileira. Os dois empreendimentos já haviam sido anunciados anteriormente. A área de Docas será de 1,5 milhão de metros quadrados, para construção de plataformas e navios de grande porte, enquanto a Marinha vai trabalhar em submarinos convencionais e nucleares em parceria com a França.

P: Uma das principais críticas à CSA está relacionada ao impacto ambiental do projeto: desmatamento de manguezais em Áreas de Preservação Permanente (Apa); poluição atmosférica; contaminação das águas da Baía de Sepetiba e do Canal de São Francisco (a drenagem estaria revolvendo e retornando para a água metais pesados antes assentados); utilização de lama contaminada no canteiro de obras da CSA. Estas críticas têm fundamento? Como o Governo do Estado avalia o impacto am-

biental da CSA?

R: O impacto ambiental está completamente mitigado pela tecnologia e pelo programa corporativo de compensação ambiental da empresa, o qual prevê, por exemplo, plantio de 200 mil mudas de espécies da Mata Atlântica ameaçadas de extinção, sendo que 25 mil ficarão no terreno da companhia. A outra parte será plantada no Parque Fluvial do Rio Guandu.

A Secretaria de Estado de Ambiente acompanha de perto o projeto e a própria secretária Marilene Ramos reconhece “o esforço da empresa” em minimizar os impactos causados por ser um empreendimento de grande porte. Se considerarmos os efeitos antrópicos, a CSA é um empreendimento extremamente vantajoso para o Rio de Janeiro.



P: Sob o ponto de vista econômico, certos economistas criticam o modelo da CSA de exportação de placas de aço, produto semi-acabado de baixo valor agregado. Segundo estas críticas, a CSA reafirma o papel do Brasil de exportador

de commodities metálicas, cabendo aos países desenvolvidos a produção de aços especiais com maior valor agregado. Você concorda com esta análise?


R: É uma questão de processo. Hoje, o Brasil é um grande exportador de minério de ferro e também passamos para produtos siderúrgicos. Com toda certeza, esse setor vai se desenvolver e agregar valor a sua produção. A siderurgia cresce fortemente nos países formadores do Brics, que terão cada vez mais importância nessa área da economia mundial.

P: Qual será o impacto positivo da CSA na arrecadação tributária do Estado, considerando as isenções de ICMS concedidas?

R: Na primeira fase, a empresa terá sua produção voltada prin-

cipalmente para a exportação, o que significa que não haverá geração de ICMS diretamente. No entanto, a geração de atividades econômicas em torno da TKCSA será grande, em serviços como inspeção, manutenção e atividades de apoio. Nesse sentido, haverá geração de impostos e muitos empregos.

P: Considerando o impacto ambiental e o potencial turístico da região, este modelo de desenvolvimento, calcado na criação de um mega pólo de indústria de base, é o melhor para esta região?

R: Fizemos um estudo amplo de maneira a compatibilizar o desenvolvimento turístico e industrial dessa região. Por favor, veja na resposta da segunda pergunta. 

Entrevista - David Kupfer

"Fabricantes brasileiros de aço fizeram a opção de buscar a inserção externa nas faixas mais básicas do mix de produtos da atividade siderúrgica"

Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade desta instituição, David Kupfer expressa sua visão sobre a questão abaixo, área em que é especialista.

P: Critica-se o fato da CSA exportar placas de aço com baixo valor agregado. Mas este não seria um passo à frente, uma vez que a Vale regularmente exporta minério de ferro sem nenhum valor agregado?


R: Economistas são habituados a avaliar opções em termos de seus custos de oportuni-

dade. Se para o Brasil não existisse alternativa para a fabricação de produtos siderúrgicos semi-acabados que não a comercialização do minério de ferro, então a opção de exportar semi-manufaturados de aço seria plenamente justificável. Mas se é viável vender laminados ou outros aços de maior valor agregado, então restringir a produção aos semi-acabados é, certamente, uma escolha pior para a economia nacional.

O problema é que a despeito de reunir todas as condições estruturais de competitividade para buscar se posicionar internacionalmente nos segmentos mais nobres do mercado siderúrgico, os fabricantes brasileiros de aço fizeram a opção contrária, que foi a de buscar a

inserção externa exatamente nas faixas mais básicas do mix de produtos da atividade siderúrgica. De fato, desde a reestruturação levada a cabo após a privatização das principais aciarias brasileiras no início da década de 1990, o setor aderiu a uma estratégia dual, na qual as empresas limitavam a comercialização de produtos mais elaborados quase que exclusivamente ao mercado interno, enquanto buscavam concentrar a atuação internacional nos segmentos mais básicos de produtos. Embora tenha se revelado muito lucrativa durante a fase de bolha de preços que perdurou no mercado internacional até meados do ano passado, essa estratégia dificilmente poderia se mostrar exitosa a longo prazo, como a eclosão da cri-

se internacional em setembro de 2008 veio a demonstrar.

Desde então, com a reversão do ciclo expansivo de consumo de aço no mercado mundial, a indústria siderúrgica rapidamente retornou a sua característica habitual de excesso de capacidade produtiva, devolvendo às empresas que atuam nos segmentos finais da cadeia, mais próximas dos mercados consumidores, o poder de comando sobre os preços cobrados pelos segmentos a montante da cadeia produtiva do aço. Nessas condições “normais” da estrutura de preços de insumos e produtos siderúrgicos, tudo indica que a reformulação dessa estratégia dual será decisiva para a sobrevivência da indústria siderúrgica nacional nos anos vindouros. 

Quando o retrocesso ganha mais um aliado

■ Paulo Pinheiro*

A permissão das Organizações Sociais (OSs) – que nada mais são que instituições filantrópicas – na administração municipal representa uma afronta à Constituição que prevê a permanência de serviços estratégicos como Saúde e Educação na mão do Estado. Sindicatos e outras entidades já se mobilizam para contestar a validade da lei na Justiça. O artigo 196 da Carta Magna assinala: “A saúde é direito de todos e dever do Estado (...)”. O Ministério Público do Trabalho também já está atento à possível intermediação e contratação de mão-de-obra nas OSs, o que é proibido por lei.

Como a memória é curta na política, cabe lembrar as posições dos principais grupos a respeito da reforma do Estado brasileiro na última década. De um lado, os ferozes defensores da diminuição do Estado; de outro, os que se opunham ao Estado mínimo – normalmente representados por partidos de esquerda.

Dez anos depois, as posições se inverteram na Câmara carioca. Aqueles que defendiam a flexibilização estão agora contra o projeto da prefeitura de criar OSs, enquanto os outros que anteriormente a criticavam estão sendo obrigados a votar a favor, já que integram a base de sustentação do governo municipal. Ou seja, utilizam-se critérios políticos, não técnicos.

Assim que assumi o mandato, analisei a proposta do pre-

feito Eduardo Paes em relação às organizações sociais. Na prática, isso significa postergar a função de gestor e assumir um papel de regulador. Apesar de ser uma tendência em grande parte dos estados brasileiros, a transferência de responsabilidade mascara a incapacidade do Poder Público na prestação de serviços de qualidade, além de depreciar os profissionais concursados – sejam eles médicos, professores e enfermeiros. Argumentos não faltam para refutar a atuação das OSs da forma como o projeto foi colocado na mesa de negociações pela prefeitura.

Em audiência pública na Câmara dos Vereadores, o secretário municipal de Saúde e Defesa Civil, Hans Dohmann, descartou a possibilidade de repassar a gestão dos hospitais de referência (Miguel Couto, Lourenço Jorge, Souza Aguiar e Salgado Filho) às Organizações Sociais. “Será apenas uma ferramenta administrativa”, disse o secretário da pasta na ocasião. O problema é que não existe hoje no Rio de Janeiro, instituição de direito privado, sem fins lucrativos, com sólida experiência para administrar o sistema de Saúde responsável do atendimento em massa, sejam hospitais de grande porte ou postos de saúde da rede primária.

Se a prefeitura afastou cla-



ramente a intenção de terceirizar quase todas as unidades de saúde, qual a finalidade das OSs? Claramente, seria beneficiar-se desse mecanismo que serviria de moeda de troca política em razão da falta do controle social. Percebe-se ainda que experiências passadas não habilitam a terceirização de serviços fundamentais. Convênios firmados com universidades privadas para gerenciar o Programa Saúde da Família (PSF) em parte da Zona Oeste, além da terceirização do Hospital Ronaldo Gazzola, em Acari, amargaram derrota no governo do ex-prefeito Cesar Maia. Atualmente o PSF no Rio tem uma cobertura ínfima de atendimento que chega a 6% da população.

A experiência neste bairro, que apresenta um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) na cidade,





representa um protótipo para a entrada das OSs. Essa ousada entrega da gestão do Hospital Municipal Ronaldo Gazzola, em Acari, para a GPS Total Gerenciamento Participativo em Saúde – uma empresa privada que havia participado do mal sucedido projeto Help, em 1998 – consumiu investimentos de R\$ 80 milhões na construção, R\$ 30 milhões na compra de equipamentos e mais R\$ 37 milhões na administração e aquisição de insumos. A prefeitura tem hoje uma moderna unidade com 298 leitos de capacidade instalada, porém, apenas 160 leitos funcionam. A emergência também continua fechada, inclusive um centro de cidadania que teria seções para retirada de documentos e algumas lojas.

Senhor prefeito: Por que não dar uma oportunidade ao seu próprio governo e aos seus funcionários de carreira? Dê-lhes a mesma oportunidade que foi oferecida aos terceirizados, a começar pelo hospital de Acari. Entregue sua admi-

nistração a um grupo de profissionais de sua secretaria e assine com eles um contrato de metas, dando-lhes recursos da moderna administração (autonomia financeira, equipamentos, independência para gerenciar recursos humanos e pregão eletrônico). Cobre com rigor os objetivos acordados. Como as indicações não serão político-clientelistas, estes funcionários poderão ser exonerados dos cargos de chefia sem desgaste e substituídos por outros técnicos.

Mesmo diante desse quadro e da falta de argumentos convincentes das autoridades do Poder Executivo, que se apóiam na fantasia da “flexibilização”, apenas 11 vereadores (do total de 51) rejeitaram o projeto que cria as OSs. Após receber a sanção do prefeito, em pouco tempo trará grandes decepções em áreas vitais e de interesse social, levando-se em consideração que o projeto não discrimina modelos de gestão, tampouco as particularidades de cada área.

A bandeira levantada em favor da flexibilização, da qual as OSs são apenas um braço, refletiu-se ainda na regra de acesso aos órgãos (municipais, estaduais e federais), sobretudo na área da Saúde. Estão extinguindo os concursos públicos como forma de acesso ao funcionalismo público. Para contornar o Regime Jurídico Único, os “modernos” governantes não admitem funcionários com estabilidade no emprego – querem celetistas ou cooperativados.

Presenciam-se neste momento diversas medidas para burlar a abertura de concurso. Basta uma rápida busca em jornais especializados para confirmar uma modalidade em voga

nos dias atuais: a seleção simplificada. Caso inexistam uma fiscalização em conjunto das instituições (Ministério Público e da Câmara Municipal) e da própria sociedade como um todo, a atuação das OSs enterrará o sonho de jovens profissionais de ingressar no serviço público, um caminho democrático por excelência.

A prefeitura argumenta que já atingiu o limite na aplicação de recursos financeiros com pessoal, estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante deste quadro, os servidores públicos municipais deparam-se com um terrível precedente: na falta de concurso e de um plano de carreira, as relações de trabalho tornam-se precárias. Além disso, a alta rotatividade dificultará a criação de raízes que permitam o desenvolvimento pessoal e profissional dos contratados, inclusive a prestação de atendimento de qualidade. Médicos, enfermeiros e agentes comunitários, que atuam no Programa Saúde da Família, serão os primeiros afetados a partir da entrada das OSs na administração pública.

Em maio deste ano, a Secretaria estadual de Saúde e Defesa Civil abriu inscrições para contratar 122 profissionais de nível superior para atuar na Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), em Manguinhos. O critério utilizado pelo recrutador será basicamente a análise de títulos. Os aprovados serão contratados para atuar durante um ano, como celetistas. Esse modelo é acompanhado pela secretaria municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio, que também anunciou uma seleção em moldes parecidos para contratar médicos para seus hospitais de emergência.

A crise na saúde não será resolvida com medidas paliativas. Somente com investimentos maciços é que se obterão avanços significativos no setor. A Secretaria municipal de Saúde e Defesa Civil terá um poder de fogo na ordem de R\$ 28,504 milhões em 2009, o que corresponde 1,4% do orçamento total previsto na Saúde. Esse montante reservado para investimentos efetivos está aquém das necessidades de hospitais de grande porte e unidades da rede básica na cidade do Rio. Portanto, verifica-se o principal impasse no sistema de saúde do Rio: emergências dos hospitais sempre com grandes filas, composta por pacientes que não tiveram acesso ao PSF nem ao posto de saúde do seu bairro. 📺

*Paulo Pinheiro é médico especialista em gestão hospitalar e vereador no Rio pelo PPS.

Lista dos vereadores que votaram contra o projeto de lei nº2/2009, de autoria da Secretaria municipal da Casa Civil, que qualifica as Organizações Sociais na administração pública municipal. Outros 37 votaram a favor.

Quem votou contra:

Paulo Pinheiro (PPS)
 Alexandre Cerruti (DEM)
 Dr. Carlos Eduardo (PSB)
 Eliomar Coelho (PSOL)
 Lucinha (PSDB)
 Reimont (PT)
 Stepan Nercessian (PPS)
 Carlo Caiado (DEM)
 Eider Dantas (DEM)
 Leonel Brizola Neto (PDT)
 Roberto Monteiro (PC do B)

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

*Sujeito a análise de crédito.

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

Meio Ambiente?

Queremos o ambiente sadio por inteiro!

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Art. 225 da Constituição do Brasil, 1988.

No dia 5 do mês de junho de 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo que deu o primeiro passo para a discussão sobre o Meio Ambiente entre as nações. Nesse mês, portanto, cabe atentarmos para esta vital questão. Por conseguinte, enfocaremos os dados orçamentários pertinentes dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói. Por outro lado, com o intuito de colaborar na discussão sobre a implantação do Complexo Siderúrgico no Rio de Janeiro e a sua inter-relação com o tema fizemos um levantamento dos incentivos fiscais incidentes.

Município do Rio de Janeiro

Focamos na função Gestão Ambiental retrospectivamente até o exercício de 2002. Há uma ten-

dência de queda na previsão com a função. Para 2009, foram previstos dispêndios 43% menores do que fora previsto em 2002 e o montante de R\$99,4 milhões¹ estimado para o atual exercício é o mais baixo do período (Gráfico 1).

Sobre os valores efetivamente executados, o movimento é oposto: a execução da gestão ambiental vem crescendo desde 2005, chegando a ultrapassar o seu valor previsto para 2008 em 14%. Apesar disso, executa-se em média 82% do valor estimado em um exercício. Até o dia 25 de maio de 2009, haviam sido gastos apenas 4,3% do valor previsto, o que nos faz questionar se a previsão, já mais baixa que o habitual, será efetivamente liquidada até o fim do ano. Como até o momento só se encontram disponíveis os relatórios do 1º bimestre de 2009, sua comparação com os exercícios anteriores mostra a mesma tendência de decréscimo da previsão (Gráfico 2) – o valor executado em 2009 é 53% de 2002.

Entretanto, a análise de uma função de governo é enviesada, uma vez que seu nível de agregação é tal que abriga gastos não diretamente relacionados com ações ambientais. Assim, desagregamos a função e destacamos somente as subfunções

específicas – Preservação e Conservação Ambiental, Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Ambiental. Todas as demais subfunções associadas à função, mas não relativas ao meio ambiente, foram agregadas como Outras.

Essa análise das subfunções revelou queda na participação dos gastos com Preservação e Conservação (79% em 2002 a 27% em 2008) e um aumento das demais, principalmente de Outras subfunções, que em 2008 chegam a representar 48% da Gestão Ambiental (Gráfico 3). A título de esclarecimento, investigamos a proveniência desses gastos em 2008 e foram encontrados três programas de dotação inicial de mil reais cada. Entretanto, as suas liquidações somaram R\$30,6 milhões, sendo o mais expressivo “Intervenções de Infra-estrutura, drenagem, urbanização e reurbanização”.

Tais “janelas” orçamentárias (programas com dotação mínima) explicam tanto a grande participação de Outras subfunções na Gestão Ambiental, como também podem ser a razão para a execução 14% mais alta do que a previsão inicial de gastos em 2008.

O problema da análise de funções e subfunções é que ocasionalmente elas incluem programas pouco relevantes para a atividade-fim de fato, enquanto excluem outros de relevância, classificados em outras funções de governo. Assim sendo, para ampliar nossa análise buscamos os programas de trabalho incidentes à questão ambiental, independentemente da função e secretaria em que estivessem abrigados. Estes programas envolvem recuperação ambiental, melhoria da qualidade de vida urbana, contenção de encostas, dentre outros.

O valor inicial previsto do total desses programas é de R\$67 mi-

lhões. No entanto, quase R\$19 milhões já foram cancelados até 25 de maio, tendo sido liquidados apenas R\$4,4 milhões – 26% do valor que seria liquidado caso a execução se desse de forma linear ao longo do ano. Ressalte-se, no entanto, o compatível empenho de R\$16,9 milhões (35,2% do autorizado).

Dentre os programas escolhidos, especificamos dois: o programa Mutirão de Reflorestamento e o Conservação de Parques e Áreas Ajudadas. O primeiro já teve 31% de sua dotação inicial cancelada, mas dos R\$8,5 milhões restantes R\$8 milhões já se encontram empenhados e R\$2,6 executados – o que representa 52% dos programas selecionados. Já o segundo teve R\$8 milhões cancelados, restando menos de 30% da previsão inicial de gastos. Aproximadamente R\$2,6 milhões encontram-se empenhados, representando 80% do valor autorizado, mas apenas R\$443 mil foram executados.

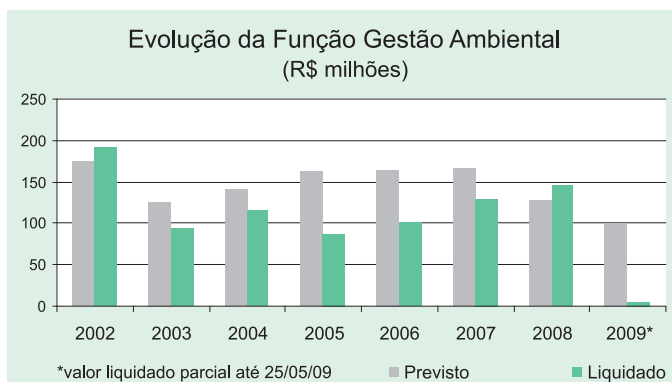
Enfim, a questão ambiental parece perder importância na priorização do gasto público carioca.

NOTA: A atual gestão carioca mudou a forma de alterar o orçamento. Na gestão passada, os créditos suplementares eram abertos com referência direta aos cancelamentos de dotações. Agora foi feita uma concentração na Reserva de Contingência, cuja liquidação se destina a calamidades públicas ou situações emergenciais, para servir de “fonte” de reforço para outros programas. Essa manobra impossibilita a identificação das prioridades da execução orçamentária.

Município de Niterói

O destaque sobre a função Gestão Ambiental é a crescente discre-

Gráfico 1



pância entre a dotação prevista e a efetivamente liquidada. Enquanto a previsão de 2008 foi quase quatro vezes a de 2005, os valores liquidados permaneceram praticamente inalterados, entorno de R\$500 mil. Entre estes anos, a média de liquidação é de apenas 34% em relação ao previsto, sendo que as médias anuais foram progressivamente diminuindo – só 18% em 2008. O curioso é que para 2009 a previsão é ainda maior (mais de R\$6 milhões), quase oito vezes a de 2005.

Sobre a divisão em subfunções, nos anos analisados (2005 a 2008) verifica-se predomínio absoluto da subfunção Administração Geral, referente à manutenção do aparato administrativo, que representa em média 90% das despesas com Gestão Ambiental. Logo, sobra pouco para as subfunções diretamente relacionadas à gestão do meio ambiente. Essa análise é conflituosa com as estimativas para 2009 que invertem a equação ao prever 99% desta função com a subfunção Preservação e Conservação Ambiental.

NOTA: Infelizmente a mudança de gestão não alterou a dificuldade de se encontrar e compatibilizar dados oficiais, além de, na maioria das vezes, haver atraso na publicação das informações – por exemplo, não há dados sobre o andamento das execuções de 2009. Mesmo assim, continuaremos a analisar os dados disponíveis a fim de auxiliar a população a fiscalizar o orçamento.

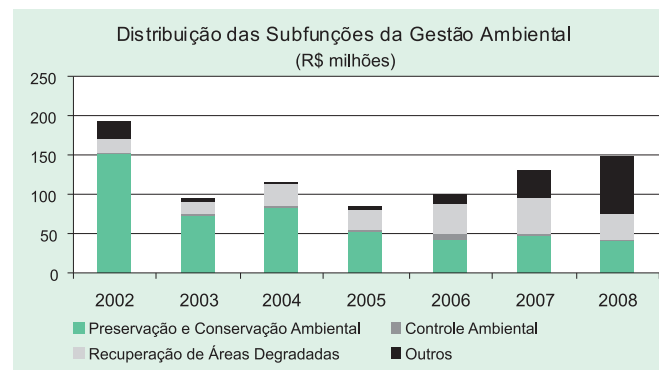
Os benefícios fiscais da Thyssenkrupp Stahl Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA

Consideram-se benefícios fiscais os favores concedidos pelo Estado a particulares, permitindo o não recolhimento de determinados tributos. Pode-se exigir, ou não, uma compensação do contribuinte beneficiado. Essa prática faz parte do instrumental da Administração Pública para promover a atividade econômica.

No âmbito estadual vigora a Lei nº 4.529/2005, que enquadra as empresas TKCSA e Companhia Vale do Rio Doce no programa de atração de investimentos. Tal enquadramento visa beneficiar as empresas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES para a construção e operação do complexo siderúrgico. Os recursos são para o financiamento de todo ativo fixo do complexo, a juros de 6% ao ano, durante 13 anos e carência de 5 anos para amortização. Além desse benefício, a lei estabelece o adiamento por vinte anos do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), inclusive para os incidentes sobre a construção.

As contrapartidas solicitadas são basicamente duas: a geração de 3.500 empregos e aquisição de US\$ 500 milhões em serviços, bens e materiais para a construção do complexo no Rio de Janeiro.

Gráfico 3



Há ainda uma restrição: o financiamento é condicionado à licença ambiental e às compensações ambientais a serem determinadas pelo órgão licenciador.

Já na esfera municipal carioca a Lei nº 4.372/2006 concede incentivos fiscais à construção e à operação de terminais portuários relacionados à implantação de complexo siderúrgico. Os benefícios fiscais são: isenção total da incidência de ISS relativo à construção civil de terminais portuários e redução da alíquota de ISS de 5% para 2% durante cinco anos nos serviços vinculados às operações portuárias, renováveis até atingir 12 anos.

As compensações determinadas são:

- Geração de 10 mil empregos para a construção e 2.500 empregos diretos a partir do início das operações programado para 30 de junho de 2009;
- Implantação de Centro-Escola de Capacitação Técnica - CECT para 500 alunos/ano do entorno a partir de 1º de janeiro de 2007;
- Utilização de 25% da isenção e da redução fiscal para:
 - 1 - elaboração do Plano Diretor do entorno prevendo impactos sociais, habitacionais e sócio-ambientais;
 - 2 - recuperação da Baía de Sepetiba.

Entretanto, o Prefeito Edu-

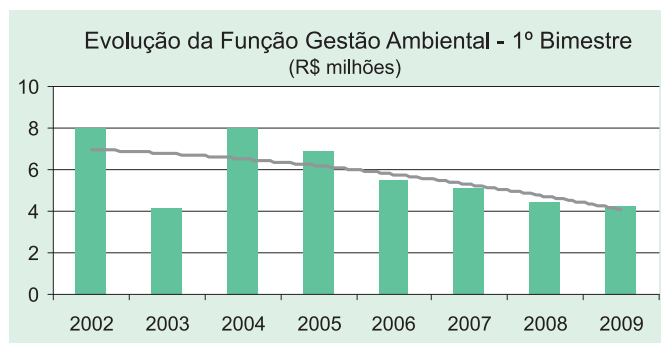
ardo Paes apresentou proposta que modifica esta lei no sentido de elevar para 25 mil a geração de empregos durante a construção; estende o prazo para as operações para junho de 2010; substitui o Centro-Escola por convênios com instituições e limita o uso da isenção e redução fiscal em R\$ 2 milhões, a ser utilizado para:

- recuperação da vegetação;
- projetos de sustentabilidade da pesca e da maricultura;
- investimentos em infraestrutura.

Assim sendo, fica evidenciado que a preocupação sócioambiental das duas esferas governamentais com este megaprojeto é insuficiente vis a vis às contrapartidas solicitadas. Além da incapacidade de quantificar a diminuição das receitas renunciadas, não está explicitado qual será a resposta governamental para os milhares de trabalhadores que ficarão desempregados com o fim da construção do complexo. Igualmente preocupante é a irrisória compensação ambiental frente a uma intervenção de proporções gigantescas. Tal postura se compatibiliza, infelizmente, com o histórico dos dados orçamentários da questão ambiental.

1 Todos os dados estão corrigidos monetariamente a preços médios de 2009 - IP-CA até abril.

Gráfico 2



Corecon envia ofício a prefeituras

■ A Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ enviou no final de maio ofícios a 92 prefeituras municipais no Estado do Rio de Janeiro, esclarecendo sobre a importância da contratação de economistas para funções de assessoramento econômico. O Conselho adverte que o desconhecimento das potencialidades do saber econômico pode resultar na alocação inadequada de mão-

de-obra em áreas não claramente definidas como privativas de economistas, afetando a eficiência e acarretando consequências para a sociedade.

Através desta iniciativa, o Corecon-RJ cumpre sua função institucional de divulgação da técnica econômica. O Conselho vai avaliar a reação das prefeituras e traçar estratégias adequadas para dar prosseguimento a este esforço.

Cadastro de novos professores

O Conselho Regional de Economia realizará Processo Seletivo Simplificado para formar um cadastro de professores que atuarão em seus cursos pelos próximos três anos. Os interessados devem buscar informações no link Licitações e Editais na página <http://www.economistas.org.br>. Novas propostas de cursos e currículos pessoais serão aceitos até o dia 13 de julho de 2009.

Serviço de notícias econômicas

O Corecon-RJ passou a oferecer a economistas e empresas registrados uma seleção das principais notícias econômicas publicadas nas edições impressas dos maiores jornais do país. Caso você ou sua empresa ainda não estejam recebendo o serviço e tenham interesse em recebê-lo, favor entrar em contato através do e-mail corecon-rj@corecon-rj.com.br para solicitar o seu cadastramento.

Agenda de cursos

PARA ENTENDER A CONJUNTURA ECONÔMICA

29 de junho a 10 de julho, segunda a sexta, das 18h45 às 21h30

CURSO TEORIA DOS JOGOS

16 de setembro a 18 de novembro, quartas, das 18h45 às 21h30

CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA: INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE KARL MARX

6 de outubro a 24 de novembro, terças, das 18h30 às 21h

PREPARATÓRIO PARA O EXAME NACIONAL DA ANPEC 2009

5 de janeiro a 30 de setembro de 2009.

Informações e inscrições no site <http://www.economistas.org.br> e pelos telefones da Secretaria de Cursos: 2103-0119 e 2103-0118

ÓTICA HÓRUS

Transformando sonhos em visão

Ótica especializada e computadorizada

Rua Angelina, 3 - Encantado - RJ
(Esquina com Rua Goiás, 350)

2595-8111

www.oticahorus.com

BENEFÍCIO PARA O CORECON

Desconto de 15% em todos os óculos.
(desconto não válido para promoções)

Pague em 5X S/ juros



Trabalhamos com as melhores marcas para sua visão.

VARILUX

RODENSTOCK

Transitions

HOYA

Ana Hickmann

espaço Marcelo Benchimol

óculos • café • pessoas

A melhor ORIENTAÇÃO ÓPTICA e ESTÉTICA
de acordo com a sua necessidade.

GRANDES GRIFFES: Empório Armani- Hugo Boss –
Valentino – Giorgio Armani – Guess
Dior- Gianfranco Ferré – Rodenstock- Porsche

GRANDES MARCAS: Ray-Ban – Mormaï – Vogue –
Via Loran – Pierre Cardin – Kipling

Peças exclusivas by Marcelo Benchimol

TRADIÇÃO & CONFIANÇA
ATENDIMENTO PERSONALIZADO

Descontos especiais para
associados ao CORECOM